

Presidente da CNseg defende em artigo a avaliação de custo-benefício nas decisões regulatórias

O Jornal Folha de São Paulo de hoje (25) traz artigo do presidente da CNseg, Marcio Coriolano, destacando a necessidade de implantação de um processo de Análise de Impacto Regulatório (AIR) nas operações dos órgãos federais reguladores brasileiros, à semelhança do que já ocorre em países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá.

Coriolano afirma que uma análise de custo-benefício e de impactos econômicos e sociais sobre o processo regulatório gera menos ônus e desequilíbrios econômicos às empresas e aos cidadãos, contribuindo, assim, para a retomada do ciclo de crescimento sustentado do País.

Leia abaixo o artigo na íntegra.

A urgência de uma nova visão regulatória

MARCIO SERÔA DE ARAÚJO CORIOLANO

Paulo Branco

Diante da atual conjuntura socioeconômica do país, urge que seja inserido na agenda legislativa um tema de fundamental importância: a instituição de uma política de gestão pública que implante, de fato, um programa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) nas operações dos órgãos federais reguladores.

Enquanto os países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, já evoluíram muito nesse sentido, o Brasil ainda convive com um modelo em que o Estado assume papel regulador, com conduta que eleva custos e ônus impostos às empresas, às instituições e aos cidadãos.

A OCDE classifica a AIR como uma ferramenta que propicia um caminho de avaliações críticas importantes para se tomar decisões sobre o conteúdo e a forma de regular mercados.

Nos países da OCDE, o processo inclui a análise da relação custo-benefício e dos impactos na concorrência, no emprego, na inovação e na produtividade. No mercado de saúde canadense, diante do estudo de uma proposta considerada polêmica, há, inclusive, a possibilidade de a agência reguladora contratar entidade externa independente para testar o impacto nos negócios.

No Brasil, o tema tem sido objeto de estudos e pesquisas acadêmicas e, irregularmente, gera ações de ordem prática por parte de agências reguladoras. Mas tudo é ainda incipiente diante da urgência de debater, com profundidade, a alteração do curso de elaboração de comandos normativos.

Para o bem da sociedade brasileira, isso deveria ocorrer em todos os setores econômicos, especialmente em mercados regulados. Um programa efetivo de análise de impacto regulatório facilitaria muito as relações governamentais e de compliance no país.

A implantação de uma política lastreada no desenvolvimento de estudos de impactos normativos está intrinsecamente ligada ao fortalecimento das agências reguladoras. Ao analisarmos o setor de seguros, é plausível afirmar que estamos diante do mercado mais regulado pelos governos do mundo inteiro.

Cenário esse relacionado à natureza do negócio: a responsabilidade de formar poupanças que amparem as garantias assumidas para a proteção de pessoas e patrimônios.

Mas, mesmo sendo responsável por um volume da ordem de R\$ 800 bilhões anuais, a regulação do setor é realizada por uma autarquia



Devemos trabalhar de forma árdua para produzir menos normativos que geram ônus e desequilíbrios econômicos às empresas e aos cidadãos

federal, a Superintendência de Seguros Privados (Susep), com atuação circunscrita às frentes de fiscalização e supervisão.

Isso demonstra que medir os impactos dos normativos é um movimento diretamente ligado ao fortalecimento dos entes supervisores, os quais deveriam ter plenos poderes para interagir com as empresas reguladas.

Em casos como o do setor segurador, é urgente não somente transmutar a autoridade de mercado em uma legítima agência reguladora como criar um modelo nos padrões internacionais. O mesmo deveria

ser aplicado à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Não há dúvida de que temos um longo caminho a percorrer rumo a um novo contexto regulatório. Isso dependerá da vontade política em trilhar as estradas já percorridas pelos países desenvolvidos.

Ao avançarmos nessa direção, abriremos mais canais de diálogo entre o Poder Público, as empresas e a sociedade em geral. Na prática, devemos trabalhar, arduamente, para produzir menos normativos que geram ônus e desequilíbrios econômicos e sociais.

É preciso enxergar que uma atuação mais enérgica nesse campo auxiliará a retomar o ciclo de crescimento sustentado do país.

MARCIO SERÔA DE ARAÚJO CORIOLANO, economista, é presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg)

Fonte: [CNseg](#), em 25.10.2016.